



## Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

### QUADRO SÍNTESE DE AUDIÊNCIA

ENTIDADE	DEPUTADOS PRESENTES	DATA DA AUDIÊNCIA	CONTATOS
Comissão de Utentes do IC1 <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Manuel Rocha</li><li>➤ Nelson Ventura</li><li>➤ Mariano Paixão</li><li>➤ Jesus Raimundo</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Fernando Virgílio Macedo (Vice-Presidente)</li><li>➤ António Costa Silva (PSD)</li><li>➤ André Pinotes (PS)</li><li>➤ Heitor de Sousa (BE)</li><li>➤ Bruno Dias (PCP)</li></ul>	16 de junho de 2016 <a href="#">Gravada</a>	
Exposição de Motivos	Questões colocadas pelos Deputados		
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Os representantes da Comissão de Utentes do IC1 afirmaram que o assunto já era conhecido e salientaram que esta via nada tinha de itinerário complementar. Lembraram que os problemas do IC1 já eram referidos no Plano Rodoviário Nacional de 1985. Fizeram referência aos projetos de resolução existentes a este respeito, bem como as perguntas ao Governo feitas pelos diversos grupos parlamentares e as respetivas respostas.</li><li>➤ Pretendem saber que tipo de intervenção será feita no IC1 e com que planeamento e que as comissões de utentes e as autarquias tenham conhecimento do que for feito no futuro.</li><li>➤ Gostariam que da Assembleia da República saísse uma resolução clara, da qual pudessem dar conhecimento aos utentes, pois a Comissão de Utentes já tem dificuldade em dar resposta às reclamações das pessoas. Afirmaram acreditar que com as resoluções que tinham sido aprovadas</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Deputado António Costa Silva (PSD) – cumprimentou os representantes da Comissão de Utentes do IC1 e afirmou conhecer a situação, por diversas razões, considerou que era um problema grave, que já se arrastava há muitos anos. Lembrou que a estrada em causa tem características próprias e necessita de uma intervenção profunda. Referiu que nos últimos anos as dificuldades tinham sido grandes, tendo em conta o contexto de crise vivido, mas acreditava que com boas negociações com a concessionária as condições podiam melhorar e tornar o IC1 complementar à autoestrada. Abordou também a necessidade de intervenção da EN4, entre Montijo e Pegões. Concluiu lembrando que as resoluções sobre a situação do IC1 tinham sido aprovadas na semana anterior por unanimidade, desejando que a estrada seja efetivamente recuperada, com uma intervenção profunda, e expressando solidariedade com a situação e a necessidade de emergência de realização da sua recuperação.</li></ul>		



## Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

<p>na semana anterior na Assembleia da República tinham sido criadas condições para o Governo agir.</p> <p>➤ Concluíram afirmando que gostariam de obter uma resposta que satisfizesse a todos, porque todos são utentes daquela estrada.</p>	<p>➤ Deputado Bruno Dias (PCP) – após cumprimentar os representantes da Comissão de Utentes IC1, referiu evolução da situação e considerou que se estava atualmente num contexto politicamente mais favorável, do ponto de vista institucional, para que a Assembleia da República tomasse uma posição positiva, favorável, em relação a esta situação, tendo aprovado três projetos de resolução sobre o tema, trabalhando-se agora para conseguir um texto único para a tomada de posição por parte da Assembleia da República. Considerou que a posição da Assembleia da República dava mais força a esta reivindicação e aos Estado português quanto à relação que se desenvolve há anos com a concessionária daquela parceria público-privada. Realçou que a Assembleia da República tomou uma posição mas não legislou, não aprovou uma lei que determinasse que numa data se iniciassem as obras. A este respeito, propôs que a CEIOP solicitasse ao Governo uma informação e estimativa sobre o valor da intervenção prevista, a definição exata do troço em causa, quais são os trabalhos que serão tecnicamente programados, entre outros que podem ser considerados, bem como o ponto de situação que esclarecesse se isto está dependente do BEI ou do Tribunal de Contas e qual a perspetiva de concretização desta resolução que a Assembleia da República aprovou por unanimidade.</p> <p>➤ Deputado André Pinotes (PS) – cumprimentou os representantes da Comissão de Utentes do IC1, referiu que esta situação tinha um contexto histórico e destacou os diferentes papéis da Assembleia da República e do Governo. Lembrou que o Presidente da Câmara Municipal de Alcácer do Sal tinha anunciado que o Governo tinha chegado a acordo para o avanço até final do ano desta obra e que a renegociação com a concessionária esta a correr bem, pelo que solicitava aos representantes da Comissão de Utentes do IC1 que questionassem o Presidente da Câmara para saberem se assim era. Afirmou que o PS nada tinha a opor à proposta do Deputado Bruno Dias, com exceção da salvaguarda daquilo que possa ferir as negociações, porque se trata de um processo negocial complexo. Concluiu, louvando o trabalho no terreno da</p>
---	--



## Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

	<p>Comissão de Utentes do IC1 e esperando que o problema seja resolvido no mais curto prazo possível.</p> <p>➤ Deputado Heitor de Sousa (BE) – cumprimentou os representantes da Comissão de Utentes do IC1, afirmou que o BE acompanhava com preocupação o arrastar desta situação e realçou que o papel da Assembleia da República era o de exercer pressão política sobre o Governo. Lembrou que este problema não era único do país e que tinha a ver também com o contexto institucional existente. Em seu entender, maioria política atual estaria porventura mais atenta a estes problemas do que o Governo anterior. Afirmou que, ao contrário do argumento invocado na aprovação do Plano Nacional Rodoviário, a criação de parcerias público-privadas pode ser um elemento de perturbação em vez de ser um elemento de aceleração do processo. Referiu também o contexto institucional de quem tem a responsabilidade sobre estas obras e a fusão da Estradas de Portugal com a REFER, o que em seu entender criou um problema maior, porque confunde urgência de intervenção entre rodovia e ferrovia. Defendeu que a concessão deveria ser resgatada pelo Estado, passando a responsabilidade destas obras a ser assumida pela Infraestruturas de Portugal, ou, em alternativa, a parceria deveria ser reduzida, para a Infraestruturas de Portugal poder fazer as obras. Concluiu, argumentando que a Assembleia da República tem obrigação de fazer pressão política mas a Comissão de Utentes e as forças vivas do Alentejo têm também de fazer esse papel, para aumentar as perspetivas da concretização desta obra.</p>
<b>Respostas às questões dos Deputados:</b>	
<p>➤ Na sua resposta, os representantes da Comissão de Utentes do IC1 informaram que têm dado privilégio à frente institucional, ao contacto com a Assembleia da República e à ação no terreno. Informaram também que já fizeram três marchas lentas e antes de as realizar tiveram o cuidado de falar com os partidos e convidá-los a estar presentes. Defenderem que as ações no terreno, nomeadamente a recolha de assinaturas, são uma pressão política importante. Afirmaram que a Comissão de Utentes tem uma excelente relação com os municípios e que as verbas que estariam disponíveis no final do ano fazem parte de afirmações</p>	



## Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

---

de vereadores e Deputados do PS.

- Reafirmaram que a luta da Comissão de Utentes será sempre em duas frentes: continuando a vir à Assembleia da República e no terreno. Em seu entender, todos são consensuais quanto à necessidade da obra, mas não falta apenas o visto do Tribunal de Contas, quanto a concessionária e o Estado português ainda não chegaram a uma negociação efetiva. Afirmaram não acreditar que no final de 2016, com tanto problema por resolver, se inicie o processo.
- Concluíram, reiterando que o que a Comissão de Utentes pretende é que o assunto seja resolvido.

Deputado Fernando Virgílio Macedo  
Vice-Presidente da Comissão